

CONSÓRCIO
INTERESTADUAL
AMAZÔNIA LEGAL

A AMAZÔNIA DIANTE DO EL NIÑO

Estratégias subnacionais para a prevenção e o combate aos incêndios florestais no Brasil

BRASÍLIA, NOVEMBRO DE 2026

Presidente do Consórcio Interestadual da Amazônia Legal
Carlos Orleans Brandão Júnior,
Governador do estado do Maranhão

Governadores da Amazônia Legal
Mailza Assis Cameli, Governadora do estado do Acre
Clécio Luís, Governador do estado do Amapá
Roberto Maia Cidade Filho, Governador do estado de Amazonas
Carlos Orleans Brandão Júnior, Governador do estado de Maranhão
Otaviano Olavo Pivetta, Governador do estado de Mato Grosso
Hana Ghassan Tuma, Governadora do estado do Pará
Coronel Marcos Rocha, Governador do estado de Rondônia
Soldado Francisco dos Santos Sampaio, Governador do estado de Roraima
Wanderlei Barbosa Castro, Governador do estado de Tocantins

Secretários de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal
Leonardo das Neves Carvalho, Acre
Taisa Mara Morais Mendonça, Amapá
Miqueias Santos de Souza, Amazonas
Pedro Carvalho Chagas, Maranhão
Mauren Lazzaretti, Mato Grosso
Raul Protazio Romão, Pará
Marco Antonio Ribeiro de Menezes Lagos, Rondônia
Wagner Severo Nogueira, Roraima
Marcello de Lima Lelis, Tocantins

Consórcio da Amazônia Legal
Vanessa Duarte, Secretária Executiva
João André Vilela, Diretor Executivo
Beatriz Crêspo Casado, Assessora Técnica

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
André Guimarães, Diretor Executivo
Ane Alencar, Diretora de Ciências
Gabriela Savian, Diretora de Políticas Públicas
Ana Carolina M. Pessôa, Pesquisadora
Jarlene Gomes, Pesquisadora
Pamela Moser, Pesquisadora
Waira Machida, Pesquisadora
Gabriel Chaskelmann, Consultor Jurídico

Diagramação
Karen Martinez, w5.com.br

CONSÓRCIO INTERESTADUAL AMAZÔNIA LEGAL

APOIO IPAM Amazônia GESTÃO DO FOGO



SUMÁRIO

Carta da Secretária Executiva **4**

Lista de siglas **5**

Objetivo da cartilha **6**

Introdução **8**
O que é o El Niño **8**
A gestão do fogo **13**

Como os estados se organizam na gestão do fogo **15**

Panorama da gestão do fogo em números **16**

Os estados em ação **17**
Acre **18**
Amapá **20**
Amazonas **22**
Maranhão **24**
Mato Grosso **26**
Pará **28**
Rondônia **30**
Roraima **32**
Tocantins **34**

Construindo juntos **36**

Papel estratégico do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal **37**

Conclusões e visão de futuro do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal (CAL) para a gestão do fogo e a adaptação ao clima **38**

Agradecimentos **39**

CARTA DA SECRETÁRIA EXECUTIVA

Esta cartilha é publicada em um momento decisivo para a Amazônia. Ela tem como pano de fundo a Estratégia Regional Amazônia 2050, que projeta uma região produtiva, resiliente e protagonista do próprio destino. Mas essa visão se constrói no presente, e o presente exige ação.

Neste ano, as projeções climáticas indicaram a formação de um novo El Niño, com menos chuva, mais calor e estiagem mais severa. Enquanto o fenômeno se desenhava, os nove estados se organizaram. Planos, equipes, decretos e operações foram preparados com antecedência, e cada estado respondeu com o que tem de mais concreto. Nenhum estado enfrenta o El Niño sozinho, e a diferença entre prevenir e remediar está, em grande parte, no planejamento de hoje.

A ameaça do fogo não destrói apenas a floresta de hoje. Ele compromete a renda, a saúde e o futuro de mais de 30 milhões[1] de pessoas que vivem na região que representa quase 60% do território nacional.

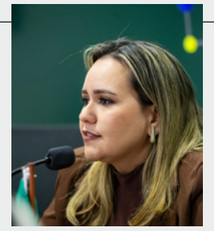
Por isso, o que os estados fazem agora importa. E importa também esse reconhecimento. Planejar em escala regional, integrar o que cada um já faz e proteger a floresta antes que o fogo chegue são passos que se somam. Prevenir custa muito menos do que remediar, e cada área protegida hoje é uma garantia de chuva, renda e biodiversidade amanhã. Gestão do fogo, prevenção e preparação caminham juntas, como partes de um mesmo esforço.

As páginas seguintes mostram o que cada estado está fazendo, do Acre ao Tocantins, e o que construímos juntos: desde eventos de manejo integrado do fogo ao diálogo permanente com a União e a rede de cooperação entre os nove estados e seus municípios. Essa é a prova de que a cooperação funciona quando há propósito comum. Quem acompanha essas iniciativas encontra governos dispostos a dialogar, técnicos dedicados e territórios que já mostram resultados. Cada uma dessas iniciativas mostra que a Amazônia tem capacidade de se organizar e responder com seriedade ao que vem pela frente.

O futuro da Amazônia se constrói nas decisões que tomamos hoje e na responsabilidade que assumimos juntos. Proteger a floresta é proteger também quem vive nela e dela depende: sua saúde, seu trabalho e suas perspectivas de futuro. É com esse compromisso que os nove estados se preparam para os próximos meses. Esta cartilha registra o que estamos fazendo e convida mais parceiros a somar esforços. Nossa capacidade de trabalhar juntos precisa se traduzir em prevenção no território e proteção na vida das pessoas.

Vanessa Duarte Emenergildo

Secretária Executiva do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal



[1] AMAZÔNIA LEGAL EM DADOS. Densidade populacional (hab/km²): perfil da Amazônia Legal. [S. l.: s. n.], 2024. Fonte: PNAD Contínua e IBGE. Disponível em: https://amazonialegalemdados.info/dashboard/perfil.php?regiao=Amaz%C3%B4nia%20Legal&area=Demografia__12&indicador=TX_IBGE_DENSIDADE_DEMOG_UF__12&primeiro. Acesso em: 29 out. 2026.

LISTA DE SIGLAS

A4F	*Action for Forests*
ADPF	*Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental*
ANA	*Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico*
AQC	*Autorização de Queima Controlada*
BDQueimadas	*Banco de Dados de Queimadas (INPE)*
BNDES	*Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social*
CAL	*Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal*
CAR	*Cadastro Ambiental Rural*
CBM	*Corpo de Bombeiros Militar*
CBMMA	*Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão*
CBMTO	*Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins*
CEDIF-MA	*Comitê Estadual de prevenção e combate a incêndios florestais (MA)*
CEDIF-MT	*Comitê Estratégico para o Combate ao Desmatamento Ilegal, Exploração Florestal Ilegal e Incêndios Florestais (MT)*
CEPCIF	*Comitê Estadual de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais*
Cemaden	*Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais*
CEMAF	*Conselho Estadual de Meio Ambiente e Floresta (AC)*
CENSIPAM	*Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia*
CEPDC	*Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (AC)*
CIGMA	*Centro Integrado de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental (AC); também aparece como Centro de Inteligência Geográfica em Gestão do Meio Ambiente (TO)*
CIMAN	*Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional*
COMIF	*Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo*
COPEC	*Comitê Permanente de Enfrentamento a Eventos Climáticos e Ambientais (AM)*
COP30	*30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas*
ENSO	*El Niño–Southern Oscillation (El Niño–Oscilação Sul)*
FERMA	*Fundo Especial de Recursos para o Meio Ambiente (AP)*
FEMARH	*Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (RR)*
ForCIF	*Força Integrada de Combate a Incêndio Florestal da Amazônia Legal*
FUEMA	*Fundo Estadual do Meio Ambiente (MA)*
Funceme	*Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos*
GCF TF	*Green Climate Fund Task Force*
GIOP	*Grupo Integrado de Operações (RR)*
GIZ	*Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit*
GOCC	*Grupo Operacional de Comando e Controle (AC)*
Ibama	*Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis*
ICMBio	*Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade*
ICMS	*Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços*
IMAC	*Instituto de Meio Ambiente do Acre*
INPE	*Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais*
IPAM	*Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia*
IPÊ	*Instituto de Pesquisas Ecológicas*
IPAAM	*Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas*
KfW	*Kreditanstalt für Wiederaufbau (Banco Alemão de Desenvolvimento)*
MIF	*Manejo Integrado do Fogo*
MMA	*Ministério do Meio Ambiente*
MODIS	*Moderate Resolution Imaging Spectroradiometer*
NCEI	*National Centers for Environmental Information*
NOAA	*National Oceanic and Atmospheric Administration*
OMS	*Organização Mundial da Saúde*
ONU	*Organização das Nações Unidas*
PEPIF	*Programa Estadual de Prevenção e Combate às Queimadas e Incêndios Florestais (PA)*
PM2.5	*Material particulado com diâmetro aerodinâmico de até 2,5 µm*
PMIF	*Plano de Manejo Integrado do Fogo*
PNAS	*Proceedings of the National Academy of Sciences*
PNMIF	*Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo*
POA	*Plano Operativo Anual*
PPCDAP	*Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Amapá*
PPCDQ	*Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas*
PPCDQ-AC	*Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Acre*
PPCDQ-RR	*Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas de Roraima*
PPCDIF	*Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Incêndios Florestais*
RURAP	*Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá*
SCI	*Sistema de Comando de Incidentes*
SEDAM	*Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (RO)*
SEMA	*Secretaria de Estado do Meio Ambiente*
SEMARH	*Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos*
SEMAS	*Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade*
SESP	*Secretaria de Estado da Segurança Pública*
SIMAMC	*Sistema Integrado de Meio Ambiente e Mudança do Clima (AC)*
Sisfogo	*Sistema Nacional de Informações sobre Fogo*
STF	*Supremo Tribunal Federal*
UC	*Unidade de Conservação*
VIIRS	*Visible Infrared Imaging Radiometer Suite*

OBJETIVO DA CARTILHA

Em 2026, as projeções climáticas indicaram a possibilidade de formação de um novo El Niño, com impactos sobre o regime de chuvas e as temperaturas na Amazônia, ampliando a preocupação com a estiagem e incêndios florestais. Diante desse cenário, os estados da Amazônia Legal vêm mobilizando esforços técnicos e institucionais para fortalecer o planejamento, a prevenção e a capacidade de resposta, considerando as particularidades e os desafios de cada território.

A preparação para esse contexto envolve a organização de equipes, a estruturação de planos e operações, o aprimoramento dos instrumentos de gestão e a articulação entre diferentes níveis de governo. Essas iniciativas refletem o protagonismo dos governos estaduais na construção de respostas adaptadas às realidades locais, bem como a importância da cooperação regional diante de desafios ambientais que ultrapassam fronteiras.

Entre as fontes que subsidiam esta publicação estão os documentos públicos apresentados pelos estados no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 743, entre junho e agosto de 2026, e iniciativas conjuntas relacionadas ao Manejo Integrado do Fogo (MIF), e materiais técnicos produzidos pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM). Em conjunto, essas fontes contribuem para contextualizar o cenário regional e reunir informações sobre as medidas planejadas e executadas, os arranjos institucionais estabelecidos e os resultados alcançados pelos estados.

É a partir dessas experiências e informações que o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal apresenta esta cartilha, concebida como um instrumento de sistematização e democratização do conhecimento. Em linguagem acessível, a publicação busca aproximar as informações técnicas de um público mais amplo, dando visibilidade ao trabalho desenvolvido pelos estados e favorecendo a circulação de experiências e aprendizados.

Com esse propósito, a cartilha busca:

1.
***Dar visibilidade** às iniciativas, aos esforços técnicos e aos resultados alcançados pelos estados da Amazônia Legal;*

2.
***Compartilhar boas práticas e aprendizados,** identificando experiências que possam inspirar e subsidiar ações em outros territórios;*

3.
***Fortalecer o diálogo e a cooperação** entre estados, União, municípios e parceiros institucionais;*

4.
***Ampliar o acesso à informação,** contribuindo para que o conhecimento produzido pelos governos estaduais e por instituições técnicas circule de forma mais clara e acessível;*

5.
***Subsidiar o aprimoramento das políticas públicas,** valorizando as capacidades existentes e apontando oportunidades para fortalecer a prevenção e a resposta aos incêndios florestais na região.*

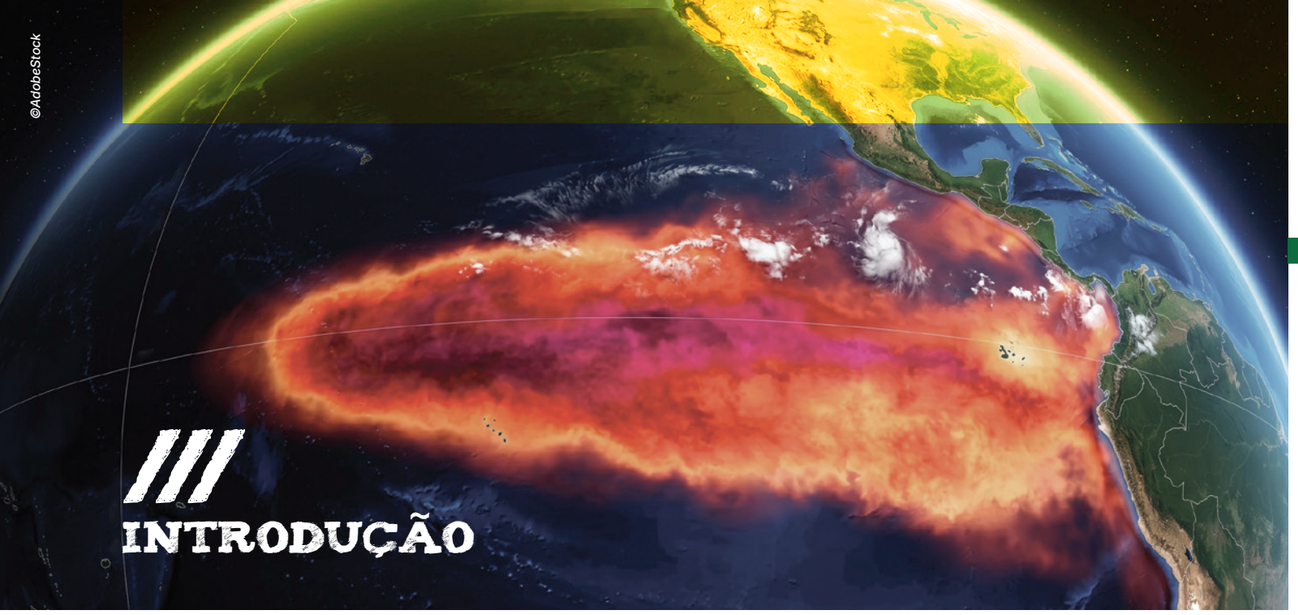
Ao reunir essas iniciativas, o Consórcio busca contribuir para o **reconhecimento do esforço dos estados**, o **intercâmbio de conhecimentos** e o **fortalecimento de uma agenda regional de manejo integrado do fogo**, orientada pela **prevenção**, pela **cooperação federativa** e pelas **especificidades da Amazônia Legal**.

COMO LER ESTA CARTILHA

A introdução apresenta o fenômeno climático El Niño, a gestão do fogo no país e mostra como os estados estão se organizando. Em seguida, cada estado ganha uma seção dedicada composta com resumo, destaques, o quadro "Você sabia?", sua estrutura de governança e os desafios enfrentados, acompanhados dos caminhos adotados para superá-los. Ao final, o Consórcio apresenta sua visão de futuro e seu papel estratégico para o enfrentamento deste cenário climático.

As fontes estão em notas de rodapé.

©Brigada de Alter


©AdobeStock

/// INTRODUÇÃO

O QUE É O EL NIÑO

O El Niño é um fenômeno climático caracterizado pelo aquecimento anormal das águas superficiais do Oceano Pacífico equatorial, especialmente nas regiões central e leste. Esse aquecimento altera a circulação atmosférica e a distribuição das chuvas em diferentes partes do planeta, provocando mudanças nos padrões de temperatura e precipitação. Seus efeitos variam conforme a intensidade do fenômeno, a época do ano e as características de cada região.[2]

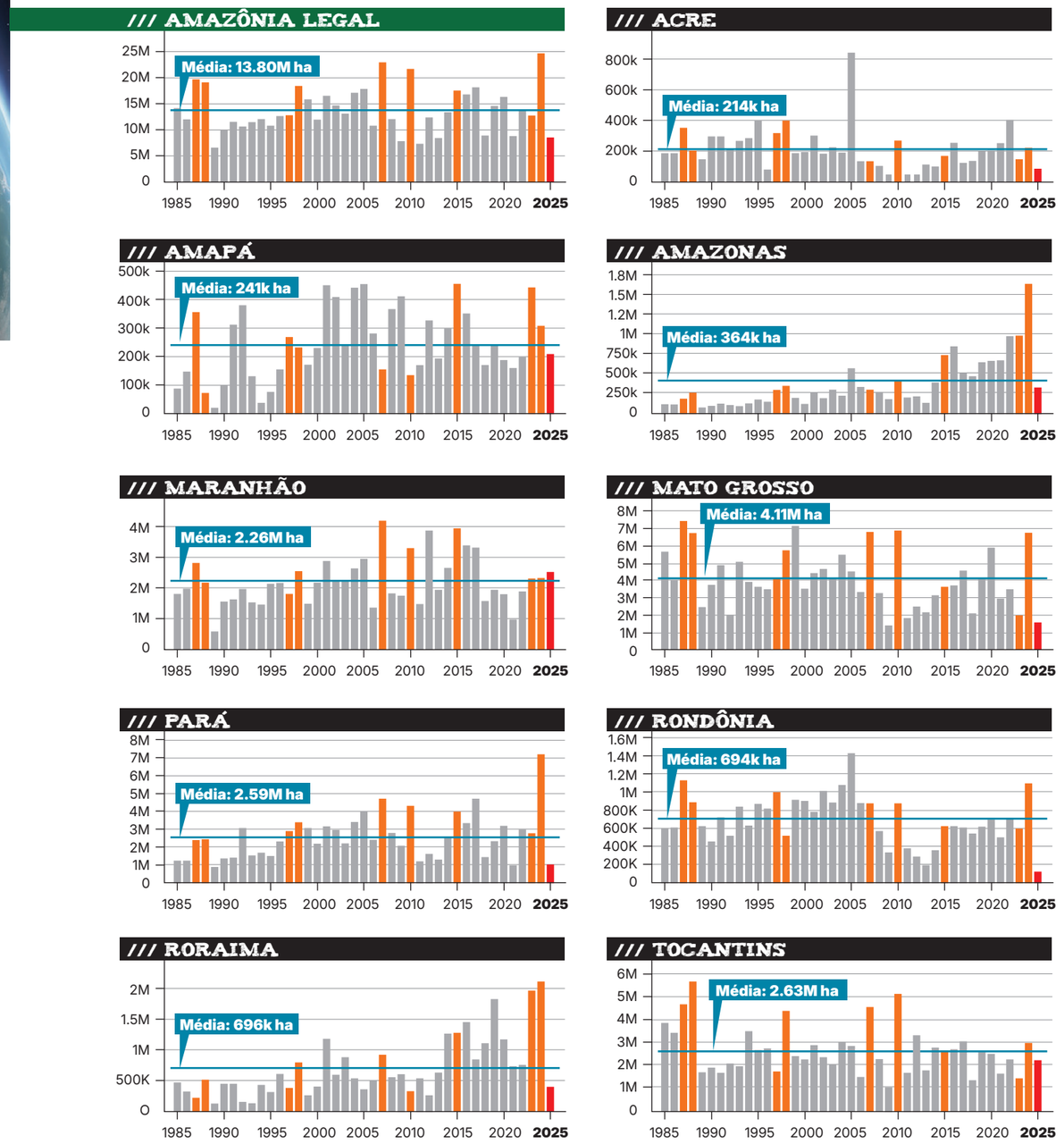
Na Amazônia, o El Niño está associado à redução das chuvas e ao aumento das temperaturas em diversas áreas, favorecendo a ocorrência de secas mais intensas.[3] A diminuição da disponibilidade de água, combinada com períodos mais quentes, aumenta o estresse hídrico da vegetação e pode reduzir o nível dos rios. Essas condições elevam o risco de incêndios florestais, sobretudo em áreas afetadas pelo desmatamento e por outras formas de degradação. O fogo, por sua vez, pode ampliar os danos à floresta e prolongar seus efeitos mesmo após o fim do evento climático.

Historicamente, episódios de El Niño, como os de 1997–1998[4] e 2015–2016[5], estavam associados a secas severas na Amazônia. Seus efeitos, contudo, variam regionalmente, conforme a distribuição do aquecimento no Pacífico e as condições climáticas locais. Durante o evento de 2015–2016, por exemplo, a seca extrema concentrou-se principalmente no nordeste da Amazônia, enquanto o sudoeste apresentou condições relativamente mais úmidas. As diferenças de temperatura, precipitação, disponibilidade de água, características da vegetação e histórico de uso da terra influenciam a vulnerabilidade dos territórios aos impactos do fenômeno. Com a possibilidade de um El Niño intenso em 2026–2027, compreender essa distribuição espacial dos riscos é fundamental para orientar ações de prevenção e preparação.

[2] NOAA National Centers for Environmental Information (NCEI). El Niño Southern Oscillation (ENSO). Disponível em: https://www.ncei.noaa.gov/access/monitoring/enso/
[3] BERENGUER, E. et al. Tracking the impacts of El Niño drought and fire in human-modified Amazonian forests. Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS), 2021. Disponível em: https://www.pnas.org/doi/10.1073/pnas.2019377118
[4] NEPSTAD, D.; MOREIRA, A.; ALENCAR, A. A Floresta em Chamas: Origens, Impactos e Prevenção do Fogo na Amazônia. Brasília: PPG7, 1999. 172 p.
[5] JIMÉNEZ-MUÑOZ, J. C. et al. Record-breaking warming and extreme drought in the Amazon rainforest during the course of El Niño 2015–2016. Scientific Reports, v. 6, art. 33130, 2016. Disponível em: https://www.nature.com/articles/srep33130

Área Queimada Anual (ha)

*Área queimada (ha) em anos de **El Niño***
*Área queimada (ha) em **2025***
Área queimada (ha)



[Figura 1]
Histórico da área queimada anual (ha) na Amazônia Legal e seus estados (1985–2025).
O painel apresenta a evolução temporal das queimadas na Amazônia Legal (gráfico superior) e individualmente nos nove estados que compõem a região (demais gráficos). As barras em laranja destacam os anos com forte ocorrência do fenômeno El Niño (1987, 1988, 1997, 1998, 2007, 2010, 2015, 2023 e 2024). A barra na cor vermelho representa a área queimada registrada em 2025. A linha pontilhada horizontal indica a média histórica anual do período (1985–2025) para cada localidade. M = milhão, k = mil. Fonte: MapBiomas Fogo (Coleção 4).



©AdobeStock

Além de provocar alterações nos regimes de chuva e na disponibilidade hídrica, os eventos de El Niño intensificam as condições favoráveis à ocorrência e à propagação do fogo na Amazônia Legal (Figura 1). Durante os anos sob influência do fenômeno, a área média queimada na região alcança 18,80 milhões de hectares, um aumento de 51,7% em relação à média dos anos sem El Niño (12,40 milhões de hectares). Historicamente, Mato Grosso, Pará e Tocantins concentram os maiores volumes absolutos de área queimada durante esses episódios, com médias anuais de 5,55 milhões, 3,82 milhões e 3,70 milhões de hectares, respectivamente. Em termos relativos, o Amazonas apresentou o maior aumento de área queimada, de 87,5%, passando de uma média de 310 mil hectares nos anos sem o fenômeno para 570 mil hectares durante sua ocorrência. Esses dados evidenciam a necessidade de considerar as diferenças regionais de vulnerabilidade no planejamento de ações preventivas e na alocação contingencial de brigadas, especialmente antes do início de estações secas atípicas.

Os impactos desses eventos, entretanto, vão além do aumento da área queimada, podendo provocar alterações profundas na estrutura da vegetação, mortalidade de plantas e emissões expressivas de gases de efeito estufa, mesmo em áreas onde não há necessariamente ocorrência direta de incêndios (Figura 2). Na região do Baixo Tapajós, no oeste do Pará, a seca de 2015–2016, associada a um episódio intenso de El Niño, provocou a morte de aproximadamente 447 milhões de plantas lenhosas de grande porte (com tronco de diâmetro a altura do peito superior a 10 cm) e 2,5 bilhões de plantas de pequeno porte (com tronco menores que 10 cm), resultando em emissões de aproximadamente 495 milhões de toneladas de CO_2 ao longo de três anos. Embora a área abrangida pelo estudo corresponda a apenas 1,2% da Amazônia brasileira, as emissões decorrentes desse único evento de El Niño foram superiores à média anual de emissões de CO_2 provenientes do desmatamento em toda a Amazônia brasileira entre 2009 e 2018[6]. Esse cenário reforça a dimensão dos impactos associados aos eventos climáticos extremos e a importância de antecipar ações de prevenção e preparação, considerando tanto a distribuição espacial dos riscos de incêndios quanto os efeitos da seca sobre os ecossistemas florestais.

[6] BERENGUER, E. et al. Tracking the impacts of El Niño drought and fire in human-modified Amazonian forests. Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS), 2021. Disponível em: https://www.pnas.org/doi/10.1073/pnas.2019377118



[Figura 2]

Síntese dos impactos ambientais, climáticos e de saúde pública projetados para o El Niño 2026 na Amazônia Legal. O infográfico consolida os principais indicadores e cenários de risco apontados pela Nota Técnica Conjunta (INPE/INMET/Funceme/CENSIPAM)[7] e Nota Técnica Ibama (eDOC 2057/ADPF 743).

[7] Disponível em: https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/NotaTecnicaConjuntaElNino2026_INPEINMETFuncemeCENSIPAM.pdf

Para 2026–2027, as projeções do Centro de Previsão Climática da Administração Nacional Oceânica e Atmosférica dos Estados Unidos (NOAA) indicam que o El Niño já está acontecendo e está em fortalecimento. No boletim de 26 de outubro de 2026, a instituição apontou uma alta probabilidade de que o fenômeno alcance intensidade forte a muito forte já em setembro de 2026. A previsão também indica a possibilidade de um evento histórico, com intensidade superior à dos episódios registrados desde 1950.[8] Embora essas projeções indiquem a necessidade de atenção, elas não permitem afirmar, isoladamente, a intensidade ou a distribuição das secas na Amazônia em 2027.[9]

INDICADOR / DADO	FONTE E VALOR
Probabilidade de El Niño histórico, mais intenso que todos os episódios de El Niño registrados desde 1950 Setembro-Novembro/2026	**54%** (NOAA CPC, out/2026)
Probabilidade de El Niño muito forte persistir até Janeiro/2027	**70%** (NOAA CPC, out/2026)
Focos ago–out/2026 vs. mesmo período 2025	**+30% na Amazônia** (INPE, out/2026)
Risco histórico de fogo em anos El Niño forte	**+36% na Amazônia** (INPE/Cemaden)
Área queimada nos Estados da Amazônia em 2024	**246.452 km², recorde histórico** (MapBiomas Fogo Col.4)
Aumento área queimada nos Estados da Amazônia 2023→2024	**+94%** (MapBiomas Fogo Col.4)
PM2.5 ≥ 15 µg/m³ — Novo Aripuanã (AM) em 2024	**138 dias consecutivos** (Arruda et al. 2026/IPAM*)
Redução de dias PM2.5 ≥ 15 µg/m³ em 2025 vs. 2024	**–71% na Amazônia Legal** (Arruda et al. 2026/IPAM*)
Qualidade do ar em territórios da Amazônia como a região metropolitana de Manaus e o Baixo Tapajós	**50 vezes mais poluído do que o recomendado pela OMS (750 µg/m³)**

*: Arruda, F. V. et al. Amazônia em Chamas: A qualidade do ar em 2024 e 2025. Nota técnica. Março de 2026. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia.

[8] NOAA Climate Prediction Center. ENSO: Recent Evolution, Current Status and Predictions. Boletim de 26 de outubro de 2026. Disponível em: https://www.cpc.ncep.noaa.gov/products/analysis_monitoring/lanina/enso_evolution-status-fcsts-web.pdf
[9] A previsão da NOAA indica a possível intensidade do El Niño, mas não permite determinar com precisão seus impactos sobre a Amazônia.

A GESTÃO DO FOGO

O Manejo Integrado do Fogo (MIF) é uma abordagem de ordenamento territorial que integra aspectos ecológicos, culturais, sociais e econômicos para orientar o uso do fogo e reduzir os impactos dos incêndios. Em vez de concentrar os esforços apenas no combate, o MIF articula ações de prevenção, preparação, resposta e recuperação, considerando as características de cada território, os diferentes regimes de fogo e os conhecimentos científicos, técnicos e tradicionais. Essa abordagem reconhece que o fogo pode desempenhar funções ecológicas e socioculturais importantes, mas que seu uso inadequado, especialmente em condições de seca e altas temperaturas, pode provocar incêndios de grandes proporções e danos à biodiversidade, à saúde e aos meios de vida.

No Brasil, a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (PNMIF), instituída pela Lei nº 14.944,[10] de 31 de julho de 2024, estabeleceu um marco para a gestão do fogo. A política reconhece a importância ecológica e sociocultural do fogo e estabelece diretrizes para promover seu manejo integrado, fortalecer a prevenção e o controle de incêndios e articular a atuação dos diferentes setores da sociedade (Figura 3). A implementação da PNMIF depende da atuação coordenada da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, em colaboração com povos indígenas, comunidades tradicionais, sociedade civil e setor privado. A União tem papel importante na coordenação nacional e na atuação dos órgãos federais; os estados são fundamentais na organização das políticas e capacidades regionais; e os municípios contribuem para aproximar o planejamento das necessidades locais. A integração entre essas esferas é essencial para compartilhar informações, alinhar estratégias e evitar que as ações de prevenção e resposta ocorram de forma fragmentada.

Os Planos de Manejo Integrado do Fogo (PMIFs) são instrumentos fundamentais para traduzir as diretrizes da política em ações concretas. Elaborados de acordo com as características e necessidades de cada território, permitem identificar áreas prioritárias, compreender os regimes de fogo, definir estratégias de manejo e organizar responsabilidades entre instituições e comunidades. Sua construção participativa contribui para integrar diferentes conhecimentos e estabelecer ações compatíveis com as realidades locais.

O uso tradicional do fogo também ocupa lugar importante nessa abordagem. Para povos indígenas e comunidades tradicionais, o fogo está relacionado à produção de alimentos, ao manejo da vegetação e à continuidade de práticas culturais transmitidas entre gerações. Incorporar esses conhecimentos ao planejamento permite reconhecer a diversidade de usos do fogo e construir estratégias que conciliem necessidades territoriais, conservação ambiental e segurança.

Assim, o MIF propõe uma gestão baseada no planejamento, na corresponsabilidade e na adaptação às condições locais. Mais do que uma estratégia de combate aos incêndios, é uma abordagem que conecta políticas públicas e territórios, articulando diferentes atores para decidir onde, quando, por que e como manejar o fogo.

[10] BRASIL. Lei nº 14.944, de 31 de julho de 2024. Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 ago. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14944.htm

PNMIF
POLÍTICA NACIONAL DE MANEJO INTEGRADO DO FOGO

PREVENIR, PROTEGER, RESPEITAR E USAR O FOGO DE FORMA CONSCIENTE

O QUE É A PNMIF?

***É a política nacional que orienta e estrutura o Manejo Integrado do Fogo (MIF)**, um modelo de planejamento e gestão do território que integra um conjunto de ações e decisões para o uso (ou não) do fogo de forma consciente, segura e sustentável.*

Essa construção é feita de forma participativa, com base em conhecimentos técnicos, ecológicos, culturais e ancestrais.

DIRETRIZES

Orientam a elaboração e a estruturação da PNMIF e dos planos de MIF.

- ***PARTICIPAÇÃO SOCIAL***
  Envolvimento de diferentes atores e comunidades do território.
- ***INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL***
  Articulação entre União, Estados, Municípios e sociedade civil.
- ***BASE CIENTÍFICA***
  Uso de dados, evidências e tecnologias para apoiar decisões.
- ***VALORIZAÇÃO DOS SABERES TRADICIONAIS***
  Respeito e incorporação dos conhecimentos de povos indígenas, comunidades tradicionais e locais.

INSTRUMENTOS

A PNMIF conta com diversos instrumentos operacionais

PMIF	*Plano de Manejo Integrado do Fogo em nível municipal, estadual ou regional.*
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	*Conscientização e capacitação.*
PROGRAMAS DE BRIGADAS	*Formação e apoio às brigadas.*
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	*Recursos para implementação das ações.*
FERRAMENTAS DE GERENCIAMENTO	*Planejamento, resposta e monitoramento.*
SISFOGO	*Sistema de Informações sobre Fogo.*
CIMAN FEDERAL	*Coordenação e monitoramento das ações de combate em nível federal.*

OBJETIVOS

Contribuir para um território mais seguro, resiliente e sustentável.

- ***REDUZIR O RISCO E A SEVERIDADE DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS***
- ***PROTEGER OS ECOSSISTEMAS, POPULAÇÕES E PRODUÇÕES***
- ***RESPEITAR OS USOS TRADICIONAIS DO FOGO***
- ***MITIGAR AS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA***

[Figura 3]

Síntese da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (PNMIF), instituída pela Lei nº 14.944/2024, apresentando seu conceito, suas principais diretrizes, objetivos e os instrumentos de planejamento, execução e monitoramento que orientam sua implementação.

COMO OS ESTADOS SE ORGANIZAM

Cada estado tem sua realidade, mas as respostas ao El Niño seguem cinco frentes que se complementam:

FRENTE	O QUE ENVOLVE	EXEMPLOS
1 Governança e coordenação	*Comitês, gabinetes de crise, salas de situação e decretos que definem quem faz o quê e permitem decisões rápidas.*	• *Sala de Situação Central (MT)* • *COPEC (AM)* • *Gabinete Integrado de Operações (RR)*
2 Monitoramento e alerta	*Satélites, boletins e mapas de risco para saber onde e quando o fogo ameaça e acionar as equipes a tempo.*	• *CIGMA (AC e TO)* • *Boletins hidrometeorológicos diários (AM)* • *Sistema IGNIS (RR)*
3 Prevenção e educação	*Campanhas, visitas a produtores, queimas prescritas e definição de áreas prioritárias.*	• *Jornada Ambiental (AP)* • *Projeto Foco no Fogo (TO)* • *Campanha Setembro Cinza (RO)*
4 Preparação e combate	*Bombeiros, brigadas, bases avançadas, aeronaves e equipamentos prontos para responder.*	• *Brigadas Estaduais Mistas (PA)* • *Maranhão Sem Queimadas (MA* • *Operação Fogo Controlado (AC)*
5 Responsabilização	*Fiscalização em campo e a distância, com embargos e multas para o uso ilegal do fogo.*	• *Autuação remota (MT)* • *Operações nas Unidades de Conservação (RO)* • *Policiamento ambiental (RR)*

MANEJO INTEGRADO DO FOGO EM UMA FRASE

Com a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (Lei nº 14.944/2024), o foco deixa de ser apenas combater incêndios e passa a incluir planejamento, prevenção, preparação, uso adequado do fogo, resposta e recuperação, reconhecendo o uso tradicional do fogo por povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares.[11]

[11] GIZ. *Workshop de alinhamento sobre o Manejo Integrado do Fogo (MIF) com os estados da Amazônia Legal*: resultados. Projeto Ação para as Florestas (A4F) e Parcerias para Inovações. Brasília, jun. 2026.

PANORAMA DA GESTÃO DO FOGO EM NÚMEROS

Um número de cada estado para mostrar a dimensão do trabalho.
Os detalhes estão nas seções seguintes.

AMAZONAS

153

brigadistas contratados *para atuar nos municípios prioritários*[14]

AMAPÁ

80,7%

menos focos de calor em 2025 do que em 2024[13] *(até 29 de outubro)*

MARANHÃO

142

municípios no Programa Maranhão Sem Queimadas *em 2026; eram* ***26*** *em 2023*[15]

PARÁ

10

áreas prioritárias *com bases de* ***Brigadas Estaduais Mistas***[17]

RORAIMA

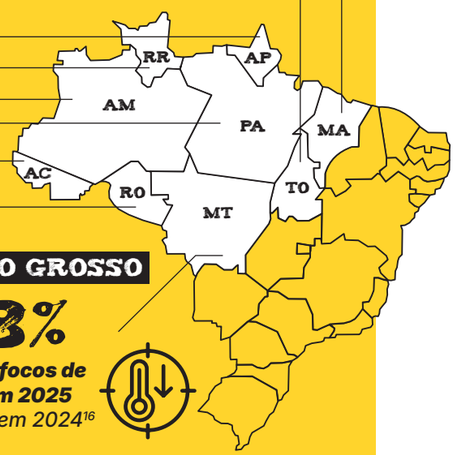
699

eventos de fogo combatidos *no 1º quadrimestre de 2026*[19]

TOCANTINS

1.000

brigadistas com formação e capacitação *previstas no plano de 2026*[20]



ACRE

75%

menos focos de calor em 2025 *do que em 2024*[12]

RONDÔNIA

300

ações de prevenção e conscientização ambiental e mais de

1.150

atividades de monitoramento e fiscalização[18]

MATO GROSSO

78%

menos focos de calor em 2025 *do que em 2024*[16]

[12] ACRE. Procuradoria-Geral do Estado. *Manifestação na ADPF 743 (Petição nº 76129/2026)*. Brasília, jun. 2026.
[13] AMAPÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. *Ofício nº 260101.0076.1975.1153/2026 – SEMA e plano estadual de ações contra incêndios florestais*. Macapá, 16 jun. 2026.
[14] AMAZONAS. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. *Nota Técnica nº 18/2026-DEGAT/SEMA*. Manaus, 16 jun. 2026.
[15] MARANHÃO. Procuradoria-Geral do Estado. *Manifestação na ADPF 743 (Petição nº 78889/2026)*. Brasília, 16 jun. 2026.
[16] MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. *Plano de Ação 2026:* combate ao desmatamento ilegal e incêndios florestais em Mato Grosso (encaminhado pelo *Ofício nº 07127/2026/GSAE/SEMA*), com o Plano Operativo de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais 2026 do Corpo de Bombeiros Militar. Cuiabá, jun. 2026.
[17] PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade. *Nota Técnica nº 03/CEPIF/DIFISC/GABSEC/2026*. Belém, jun. 2026.
[18] RONDÔNIA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental. *Ofício nº 5205/2026/SEDAM-DIREX*. Porto Velho, jun. 2026.
[19] RORAIMA. Secretaria de Estado da Segurança Pública. *Ofício nº 844/2026/SESP/GAB* e *Relatório Técnico 2*. Boa Vista, 12 jun. 2026.
[20] TOCANTINS. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Corpo de Bombeiros Militar; Instituto Natureza do Tocantins. *Plano Integrado de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais no Estado do Tocantins 2026.* Palmas, fev. 2026.

OS ESTADOS EM AÇÃO

A Amazônia Legal reúne realidades territoriais, desafios ambientais e capacidades institucionais diversas, que exigem respostas articuladas e, ao mesmo tempo, adequadas às particularidades de cada estado. Diante dos efeitos do El Niño e do agravamento do risco de incêndios florestais, reconhecer e fortalecer a atuação dos governos subnacionais é fundamental para construir estratégias de prevenção, preparação e resposta cada vez mais efetivas.

Com o propósito de reunir, sistematizar e dar visibilidade aos esforços empreendidos na região, esta cartilha apresenta, de forma didática, as iniciativas técnicas e institucionais desenvolvidas pelos estados da Amazônia Legal para enfrentar os desafios associados ao El Niño. Mais do que registrar ações, busca valorizar as experiências estaduais, compartilhar aprendizados e evidenciar caminhos possíveis para o fortalecimento das políticas públicas de prevenção e combate aos incêndios florestais.

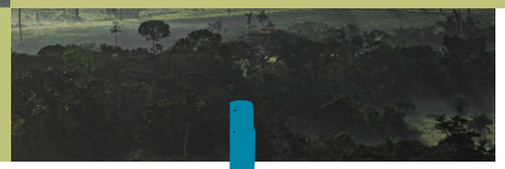
Nesse contexto, os estados vêm avançando na implementação da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (PNMIF), por meio da elaboração de planos, da realização de oficinas e consultas públicas e da articulação com municípios e governo federal. Esses esforços contribuem para consolidar uma abordagem integrada, que reconhece a importância da prevenção, do planejamento territorial, da coordenação institucional e do uso responsável do fogo.

Para além das medidas relacionadas à implementação da Política Nacional, é igualmente importante reconhecer as iniciativas construídas a partir das particularidades de cada território, considerando suas estruturas de governança, capacidades técnicas, experiências acumuladas e prioridades locais. São essas respostas, desenvolvidas a partir das realidades estaduais, que permitem compreender a diversidade de estratégias em curso e identificar oportunidades de cooperação.

Ao reunir essas experiências, o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal reafirma seu compromisso com a cooperação entre os estados, o fortalecimento da atuação subnacional e a construção de soluções conjuntas para desafios que ultrapassam fronteiras administrativas. A articulação regional, aliada ao protagonismo de cada estado, é essencial para ampliar a capacidade de resposta da Amazônia Legal e promover uma gestão do fogo mais integrada, preventiva e adaptada às realidades do território.

A seguir, cada estado apresenta suas iniciativas, seus resultados, sua organização institucional e os caminhos adotados para enfrentar os desafios associados ao El Niño, contribuindo para uma agenda regional baseada no intercâmbio de experiências, no aprendizado mútuo e na cooperação federativa.





ACRE

RESULTADOS QUE INSPIRAM

O Acre chega ao ciclo do El Niño com resultados históricos. Em 2025, o estado reduziu em 75% os focos de calor em relação a 2024.[21] A tendência seguiu em 2026: até 19 de agosto, foram 179 focos, 76,2% a menos que no mesmo período de 2025.[22] A estratégia combina bombeiros em quase todo o território, brigadas comunitárias, inteligência territorial e planos de contingência para quem mais sente a seca.

EM NÚMEROS

179
focos de calor até 19/08/2026, contra
752
no mesmo período de ***2025***

10
normativas vigentes sobre fogo no estado[27]

21 DE 22
municípios com presença do Corpo de Bombeiros na temporada

DESTAQUES

*****

Operação Fogo Controlado: lançada pelo Corpo de Bombeiros em 10 de junho de 2026, com 18 ou mais bases operacionais avançadas e presença em 21 dos 22 municípios, o que garante cobertura direta de cerca de 99,1% da população.[23]

*****

Brigadistas comunitários: o estado criou o Serviço Ambiental Voluntário de Brigadista Florestal (Decreto nº 11.847/2026, regulamentado pela Portaria SEMA nº 55/2026), com 50 brigadistas em campo de junho a dezembro de 2026 em cinco Unidades de Conservação estaduais.[24]

*****

Inteligência territorial: metodologia própria de áreas prioritárias, com um Índice de Prioridade de Incêndio que combina focos de calor, cicatrizes de fogo e área queimada e classifica os 22 municípios por nível de risco.[25]

*****

Cuidado com as pessoas: planos de contingência específicos para povos indígenas, organizado pela Secretaria de Povos Indígenas do Estado, foca na proteção dos recursos hídricos e na produção rural, com ações que garantem água, alimentos, saúde e apoio aos produtores.[26]

VOCÊ SABIA?

Em 2025, o modelo precursor das brigadas comunitárias formou 48 brigadistas e reduziu em 97,7% os focos de calor nas Unidades de Conservação estaduais monitoradas: de 261 para 6 ocorrências.[28]

ASPECTOS LEGAIS

O estado possui um arcabouço normativo que combina regras de autorização de queima, planejamento orientado pelo PPCDQ-AC 2023–2027 e instrumentos de resposta a crises, como decretos de emergência, gabinete de crise e suspensão das autorizações de queima. Como destaque, conta com financiamento externo formalizado em lei e destinado à capacitação, aquisição de veículos e equipamentos para o Corpo de Bombeiros, em consonância com os mecanismos de financiamento previstos na PNMIF.

COMO O ESTADO SE ORGANIZA

O Acre dispõe de uma arquitetura institucional consolidada para a gestão do fogo, com estruturas permanentes já em funcionamento:[29]

Sistema Integrado de Meio Ambiente e Mudança do Clima (Lei nº 4.749/2025)
—
Integra as políticas ambientais, climáticas, territoriais, agrícolas, indígenas e de proteção e defesa civil sob um único marco de governança.

CIGMA e Sala de Situação e Monitoramento Ambiental
—
Monitoramento, inteligência geoespacial, indicadores, alertas, mapas e relatórios que apoiam diretamente a tomada de decisão.

Conselho Estadual de Meio Ambiente e Floresta
—
Instância colegiada de formulação e deliberação normativa e participativa em matéria ambiental e florestal.

Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas 2023–2027
—
Matriz de planejamento e articulação das medidas de prevenção e controle.

Gabinete de Crise e Defesa Civil (Decreto nº 11.899/2026)
—
Coordenação estratégica em situações críticas, ativação de planos de contingência e articulação com os municípios.

Grupo Operacional de Comando e Controle (Decreto nº 11.474/2024)
—
Coordenação interinstitucional das ações de comando e controle, sob a Casa Civil.

Operações integradas
—
Operação Contenção Verde, Operação Amburana e Operação Fogo Controlado.

DESAFIOS E CAMINHOS

A fumaça não respeita fronteiras: a piora da qualidade do ar vem também de estados e países vizinhos.	Os planos da Defesa Civil reconhecem formalmente o caráter regional e transfronteiriço do problema, base para a cooperação com Rondônia, Amazonas, Pará, Bolívia e Peru.
Reduzir o uso do fogo na produção rural.	Mais de 2.200 reservatórios construídos em 2025 em áreas de vulnerabilidade hídrica, além do Programa Pecuária Mais Eficiente (10.000 hectares) e do Programa de Aquisição de Alimentos.
Construir o Plano de Manejo Integrado do Fogo do estado.	O plano acreano já concluiu as fases de mapeamento territorial e diagnóstico de risco e está dentro do prazo nacional, com parceria técnica em formalização com o IPAM.
Atualizar as regras de uso do fogo no campo.	A regulamentação da prevenção em propriedades rurais e das queimas controladas e prescritas está em pauta no Conselho Estadual de Meio Ambiente, com integração das autorizações ao Sisfogo.[30]

[21] ACRE. Procuradoria-Geral do Estado, op. cit.
[22] ACRE. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. *Ofício nº 1776/2026/SEMA*: resposta aos encaminhamentos do Ofício-CAL nº 214/2026. Rio Branco, ago. 2026.
[23] ACRE. Corpo de Bombeiros Militar. *Plano Operacional 2026*: Operação Fogo Controlado. Rio Branco, 2026.
[24] ACRE. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. *Edital Simplificado nº 01/2026*: seleção de brigadistas florestais voluntários em Unidades de Conservação estaduais. Diário Oficial do Estado do Acre, Rio Branco, 2026.
[25] ACRE. Secretaria de Estado do Meio Ambiente; CIGMA. Metodologia de áreas prioritárias para prevenção e combate a incêndios florestais no Acre. Rio Branco, 2026.
[26] ACRE. Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas. Plano de Contingência 2026; Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação dos Serviços Ambientais. *Plano de ação para o enfrentamento à crise hídrica 2026*; Secretaria de Estado de Agricultura. *Memorando nº 27/2026/SEAGRI/DPTEC*. Rio Branco, 2026.
[27] IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. GESTÃO DO FOGO: normativas. Levantamento das normativas jurídicas sobre o fogo no Brasil. Brasília, DF, *In press*.
[28] ACRE. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Ofício nº 1776/2026, op. cit.
[29] Ibid.
[30] Ibid.





AMAPÁ

PREVENÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O Amapá aposta na prevenção e na informação. Com elevada cobertura de vegetação nativa e grande proporção de áreas protegidas, reforça sua importância estratégica para a conservação.[31] Em 2025, até 29 de outubro, o estado registrou 387 focos de calor: 80,7% a menos que os 2.014 de 2024 e 84,8% a menos que os 2.552 de 2023. No mesmo ano, foram realizadas 1.214 ações preventivas, que alcançaram cerca de 21.365 pessoas.[32] Para 2026, o estado organizou um plano por fases, com coordenação integrada e critérios técnicos claros para agir.

EM NÚMEROS

45
ações educativas em 12 municípios *em outubro e novembro de 2025*

1.538
participantes diretos dessas ações

9
normativas vigentes sobre fogo no estado[34]

DESTAQUES

Plano em quatro fases:
preparação e organização institucional (junho e julho), prevenção intensiva (julho e agosto), alerta e resposta (setembro a novembro) e avaliação (dezembro).

Sala de Situação:
estrutura estadual para monitoramento de focos de calor e incêndios florestais, articulada pela SEMA com Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Batalhão Ambiental, municípios e órgãos federais.

Gatilhos técnicos:
critérios definidos para orientar a decisão sobre situação de emergência, como aumento persistente dos focos, incêndios em Unidades de Conservação ou Terras Indígenas, piora da qualidade do ar e redução crítica de água em comunidades vulneráveis.

Extensão Rural (RURAP):
alternativas ao uso do fogo em 16 municípios e apoio a indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais na logística de comercialização sem uso do fogo.

Educação ambiental contínua:
a Jornada Ambiental leva, em 2026, a Campanha de Educação Ambiental aos municípios, com orientação a produtores e comunidades sobre o uso do fogo. Em outubro e novembro de 2025, foram 45 ações educativas em 12 municípios, alcançando milhares de participantes diretos.[33]

VOCÊ SABIA?

O Amapá mapeou as cicatrizes de fogo de 2025 com imagens de satélite de 3 metros de resolução e, a partir delas, identificou 6 áreas prioritárias para campanhas de educação ambiental sobre o uso do fogo.[35]

ASPECTOS LEGAIS

O estado possui normas que restringem o uso do fogo na vegetação, disciplinam as autorizações e reconhecem o uso tradicional, com rito simplificado para a agricultura familiar. Conta ainda com o PPCDAP e o comitê interinstitucional de prevenção e combate a incêndios. Como destaque, apresenta a descentralização das autorizações aos municípios, mediante requisitos mínimos de habilitação, aproximando a gestão do fogo da realidade territorial.

COMO O ESTADO SE ORGANIZA

Plano estadual de prevenção (PPCDAP)
Principal instrumento de planejamento contra desmatamento, queimadas e incêndios florestais, com o ciclo 2026–2030 em atualização.

Sala de Situação para Monitoramento de Focos de Calor e Incêndios Florestais
Estrutura estadual de monitoramento de focos e incêndios, articulada pela SEMA com a Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Batalhão Ambiental, instituto estadual de meio ambiente, municípios e órgãos federais, com acompanhamento diário.

Monitoramento por satélite
Uso de bases como BDQueimadas/INPE, Rede MAIS, plataformas do CENSIPAM, satélites MODIS e VIIRS e MapBiomas.

Prevenção integrada
Estratégias conjuntas entre SEMA, Corpo de Bombeiros e o instituto de extensão rural do estao.[36]

DESAFIOS E CAMINHOS

Grandes áreas protegidas e baixa densidade populacional exigem logística por rios, ramais e apoio aéreo.	Planejamento antecipado por fases e prioridade às Unidades de Conservação. Essa mesma característica reforça a importância estratégica do Amapá para a conservação.
Levar informação ambiental a comunidades mais isoladas.	Campanha na televisão, nas rádios, nas redes sociais e nos portais de governo, metodologias participativas e a Jornada de Atendimento Ambiental.
Fortalecer a comunicação entre as instituições parceiras.	Articulação intensificada com prefeituras e lideranças locais e fluxos de comunicação definidos já na fase de preparação.
Garantir que o fogo no campo seja usado apenas de forma autorizada.	Mapeamento das cicatrizes de 2025 para orientar a fiscalização e a educação ambiental, e orientação técnica a empreendimentos licenciados.[37]

[31] AMAPÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, op. cit.
[32] AMAPÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, op. cit.
[33] Ibid.
[34] IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. GESTÃO DO FOGO: normativas. Levantamento das normativas jurídicas sobre o fogo no Brasil. Brasília, DF, *In press*.
[35] Ibid.
[36] Ibid.
[37] Ibid.





AMAZONAS

PREPARAÇÃO ANTECIPADA

O Amazonas se antecipou ao período crítico. Em 1º de junho de 2026, o estado declarou, em caráter preventivo, Estado de Emergência Climática e Ambiental em razão do El Niño 2026/2027, por 180 dias prorrogáveis. O decreto distribui responsabilidades entre os órgãos: a Defesa Civil faz a coordenação técnica; a SEMA e o IPAAM intensificam o monitoramento e a fiscalização; a secretaria de produção rural articula as ações nos setores agropecuário e pesqueiro; o Corpo de Bombeiros atua nos incêndios; a Segurança Pública faz a integração operacional; a saúde acompanha os efeitos da fumaça e da qualidade do ar; e a educação adapta o calendário escolar.[38]

EM NÚMEROS

180 DIAS
de emergência preventiva, prorrogáveis

12
municípios prioritários no novo ciclo do plano estadual contra desmatamento e queimadas

11
normativas vigentes sobre fogo no estado[34]

DESTAQUES

Coordenação integrada:
o Comitê Permanente de Enfrentamento a Eventos Climáticos e Ambientais (COPEC) reúne órgãos estaduais, municipais e federais, e está proposta a criação de um CIMAN estadual.[39]

Monitoramento diário:
a Sala de Situação da SEMA acompanha chuva, nível dos rios, seca, focos de calor, desmatamento e qualidade do ar, com boletins hidrometeorológicos diários.

Brigadas nos municípios:
153 brigadistas foram contratados, com recursos de cooperação internacional (Banco KfW), para atuar nos municípios prioritários.

Comando e controle:
a Operação Tamoiotatá 6, iniciada em fevereiro de 2026, segue até dezembro em 15 etapas, e o IPAAM faz o monitoramento diário de focos e alertas.[40]

Unidades de Conservação:
capacitação de agentes ambientais voluntários e formação de brigadas comunitárias em reservas e áreas protegidas estaduais.[41]

VOCÊ SABIA?

A SEMA do Amazonas é uma das autoras do Monitor de Secas da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) para as regiões Norte e Centro-Oeste.[42]

ASPECTOS LEGAIS

O Amazonas possui calendário anual de restrição à queima controlada entre agosto e outubro, proibição do fogo nas unidades de conservação estaduais e licenças de curta validade. Conta ainda com o PPCDQ-AM em sua quarta fase, comitê reativado, diretrizes de pronta resposta com brigadas e políticas de clima e serviços ambientais. Como destaque, empresas condenadas por incêndios ilegais são obrigadas a reflorestar em prazo determinado, sob pena de perda de benefícios fiscais, incluindo recuperação ambiental e incentivos tributários.

COMO O ESTADO SE ORGANIZA

Comitê Permanente de Enfrentamento a Eventos Climáticos e Ambientais (Decreto nº 51.069/2025)
—
Integra órgãos estaduais, municipais e federais na gestão de risco e na resposta a eventos extremos, com apoio do Comitê Técnico-Científico do estado.[43]

Plano estadual contra desmatamento e queimadas, 5ª fase (2026–2028)
—
Aprovado por unanimidade pelo comitê estadual, com metas de redução de 10% ao ano no desmatamento e de 15% nas queimadas e na degradação no triênio, e 12 municípios prioritários, incluindo Manaus, Itapiranga e Autazes.[44]

Proposta de CIMAN estadual
—
Estrutura nos moldes do CIMAN Federal para integrar SEMA, IPAAM, Defesa Civil e Corpo de Bombeiros.

Fórum Permanente das Secretarias Municipais de Meio Ambiente
—
Diálogo com os municípios para fortalecer a gestão ambiental local e alinhar a prevenção e a resposta.[45]

DESAFIOS E CAMINHOS

As grandes distâncias e a seca dos rios dificultam o deslocamento de equipes por barco e o pouso de aeronaves.	Protocolos baseados no monitoramento diário de focos e alertas em tempo real, com uso da fiscalização remota por satélite.[46]
Ampliar o quadro técnico do órgão ambiental.	Concurso público em andamento para recompor e ampliar o quadro permanente do IPAAM.
Garantir resposta rápida onde não há unidade do Corpo de Bombeiros.	153 brigadistas contratados com cooperação internacional e treinados pelo Corpo de Bombeiros.[47]
Proteger comunidades que podem ficar isoladas com a seca.	Levantamento das comunidades em Unidades de Conservação mais suscetíveis ao isolamento e lei estadual com medidas preventivas contra a fome em estiagens e cheias extremas (Lei nº 8.165/2026).[48]

[38] Ibid.
[39] AMAZONAS. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, op. cit.
[40] AMAZONAS. Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas. *Nota Técnica nº 037/2026-DT/IPAAM*. Manaus, jun. 2026.
[41] AMAZONAS. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, op. cit.
[42] Ibid.
[43] Ibid.
[44] AMAZONAS. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, op. cit.
[45] Ibid.
[46] AMAZONAS. Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas, op. cit.
[47] AMAZONAS. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, op. cit.
[48] AMAZONAS. Decreto nº 54.274/2026, op. cit.





MARANHÃO

MUNICÍPIOS NA LINHA DE FRENTE

No Maranhão, a prevenção ao fogo é construída junto com os municípios. O Programa Maranhão Sem Queimadas, que une a Secretaria de Meio Ambiente, o Corpo de Bombeiros e as prefeituras, alcançou 142 municípios em 2026, ante 26 em 2023, e já conta com mais de 50 brigadas municipais treinadas e equipadas pelo Corpo de Bombeiros.[49]

EM NÚMEROS

142

municípios no Maranhão Sem Queimadas em 2026

11

normativas vigentes sobre fogo no estado[53]

317

viaturas e equipamentos adquiridos com o Fundo Amazônia

DESTAQUES

Comando integrado: o Corpo de Bombeiros instituiu o Centro Integrado de Comando e Controle de Queimadas e Incêndios Florestais, com reuniões semanais.[50]

Reequipamento: com recursos do Fundo Amazônia, via BNDES, o Corpo de Bombeiros recebeu 317 itens, entre viaturas 4×4, viaturas de combate, ambulâncias, motosserras e sopradores, com cobertura aos 217 municípios do estado.

Programa Maranhão Sem Queimadas (SEMA + CBMMA): realização de campanhas de educação ambiental, compra de equipamentos e capacitação de forma integrada.

Monitoramento em tempo real: Sala de Situação acompanha os focos e envia alertas ao Corpo de Bombeiros e às brigadas.[51]

Planejamento de longo prazo: o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas 2024–2027 (Decreto nº 39.376/2024) criou um Grupo Permanente de Trabalho Interinstitucional.

Capacitação: novas turmas do Curso de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, formação em geoprocessamento com a Universidade Estadual do Maranhão e instruções de nivelamento com a Força Nacional.[52]

VOCÊ SABIA?

Em 2026, o Maranhão Sem Queimadas chegou à sua sétima etapa, com oficinas para o lançamento do Plano de Manejo do Fogo. O Corpo de Bombeiros também mantém presença permanente no Parque Estadual do Mirador.[54]

ASPECTOS LEGAIS

O estado possui regulamentação específica para a autorização de queima, cuja competência é exclusiva da SEMA e cujo processo é realizado pelo sistema eletrônico SIGLA, com período proibitivo entre agosto e novembro. Conta ainda com Plano de Ação, Grupo Permanente de Trabalho, PPCDQ e Comitê Estratégico (CEDIF-MA). Como destaque, apresenta uma disciplina técnica detalhada para a autorização de queima, considerada referência para outros entes, com exigências de aceiros mínimos, prazos definidos e vedação ao aproveitamento comercial de produtos florestais provenientes da queima, desestimulando seu uso como instrumento de desmatamento.

COMO O ESTADO SE ORGANIZA

Programa Maranhão Sem Queimadas
—
Criado em 2020, é gerido pela Secretaria de Meio Ambiente em parceria com o Corpo de Bombeiros e os municípios.

Plano de Prevenção, Combate e Controle do Desmatamento e Queimadas 2024–2027 (Decreto nº 39.376/2024)
—
Segunda fase do plano estadual, que criou o Grupo Permanente de Trabalho Interinstitucional (Decreto nº 39.376/2024).

Centro Integrado de Comando e Controle
—
Coordena a resposta a queimadas e incêndios florestais, com reuniões semanais.

Programa Floresta Viva Maranhão
—
Criado pela Lei nº 12.307/2024, promove a recuperação de áreas degradadas, a assistência técnica, o fomento agroflorestal e a bioeconomia.[55]

DESAFIOS E CAMINHOS

Atender um território com 217 municípios.	Unidades do Corpo de Bombeiros em 24 municípios do interior e 4 da Região Metropolitana de São Luís, com cobertura a todos os municípios, somadas às brigadas municipais.
Manter as equipes equipadas para temporadas mais severas.	Com a primeira parcela de recursos do Fundo Amazônia, via BNDES, foram adquiridos 317 itens.
Integrar as informações das ocorrências em todo o estado.	Sistema nacional de registro de ocorrências implantado em todas as unidades do Corpo de Bombeiros e plataforma geoespacial em desenvolvimento com o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos.
Qualificar continuamente as equipes.	Capacitação em geoprocessamento com a Universidade Estadual do Maranhão e instruções com a Força Nacional de Segurança Pública.[56]

[49] MARANHÃO. Procuradoria-Geral do Estado, op. cit.
[50] MARANHÃO. Corpo de Bombeiros Militar. *Manifestação nº 11/2026-GAB/CBM*. São Luís, jun. 2026.
[51] MARANHÃO. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais. *Manifestação da Superintendência de Recursos Florestais.* São Luís, 9 jun. 2026.
[52] Ibid
[53] IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. GESTÃO DO FOGO: normativas. Levantamento das normativas jurídicas sobre o fogo no Brasil. Brasília, DF, *In press*.
[54] Ibid
[55] MARANHÃO. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais, op. cit.
[56] MARANHÃO. Corpo de Bombeiros Militar, op. cit.





MATO GROSSO

PLANEJAMENTO ROBUSTO EM TRÊS BIOMAS

Com Amazônia, Cerrado e Pantanal no mesmo território, Mato Grosso registrou em 2025 redução de 78% nos focos de calor em relação a 2024 e de 62% em relação à média dos últimos dez anos, com quedas de 74% na Amazônia, 78% no Cerrado e 95% no Pantanal.[57]

Para 2026, o Decreto nº 2.015/2026 declarou emergência ambiental em todo o estado de abril a dezembro, autorizou a contratação de brigadistas temporários, fixou o período proibitivo do uso do fogo de 1º de julho a 30 de novembro e criou a Sala de Situação Central, vinculada à Segurança Pública e coordenada pelo Corpo de Bombeiros.[58]

EM NÚMEROS

95%
menos focos de calor no Pantanal mato-grossense em 2025

14
normativas vigentes sobre fogo no estado[61]

5 MESES
de período proibitivo do uso do fogo em 2026

DESTAQUES

✱✱✱✱✱

Salas de Situação:
uma Sala de Situação Central coordenada pelo Corpo de Bombeiros, sete Salas Descentralizadas nos Comandos Regionais e uma sala específica para o Pantanal.[59]

✱✱✱✱✱

Plano de Ação 2026:
organizado em eixos de gestão, monitoramento, fiscalização, responsabilização, prevenção e combate.

✱✱✱✱✱

Reforço operacional:
contratação de 150 brigadistas civis temporários, curso para formar 150 brigadistas vinculados ao Exército, quatro aeronaves com 700 horas de voo e 80 caminhonetes.

✱✱✱✱✱

Tecnologia contra o fogo ilegal: imagens de satélite de alta resolução, cruzamento dos focos com o Cadastro Ambiental Rural e autuação remota de desmatamentos e incêndios.

✱✱✱✱✱

Sistema Integrado:
Sistema Avançado de Monitoramento e Combate a Incêndios e Plataforma própria e integrada com a Sala de Situação Central.

✱✱✱✱✱

Operação Abafa:
fiscalização integrada realizada três vezes por ano, entre julho e outubro, nos três biomas.[60]

VOCÊ SABIA?

Mato Grosso já possui, há anos, estratégias consolidadas para a gestão do fogo. A proteção da fauna é um dos eixos dos planos de Mato Grosso, com a construção do Centro Integrado de Proteção Ambiental do Pantanal, em Poconé, obras no centro de animais silvestres de Cuiabá e vistorias periódicas das condições da fauna no Pantanal.[62]

ASPECTOS LEGAIS

O estado possui regulamentação abrangente do uso do fogo, com exigência de autorização, regras de execução e período proibitivo, além de governança estruturada pelo Comitê Estadual de Gestão do Fogo, CEDIF-MT, PPCDIF e Salas de Situação. Como destaque, prevê transparência na divulgação das queimadas autorizadas, regras diferenciadas por bioma (Amazônia, Cerrado e Pantanal) e mecanismos descentralizados de monitoramento e resposta, fortalecendo a integração institucional.

COMO O ESTADO SE ORGANIZA

Comitê Estratégico para o Combate ao Desmatamento Ilegal, Exploração Florestal Ilegal e Incêndios Florestais (CEDIF-MT)
—
Comitê estratégico (Decreto nº 390/2020) que coordena ações de SEMA, Segurança Pública, Corpo de Bombeiros, polícias, Casa Civil, Ministério Público e órgãos federais.

Plano Operativo do Corpo de Bombeiros
—
Quatro fases: prevenção, preparação, resposta e responsabilização.

Rede operacional
—
Brigadas municipais e estaduais mistas, bases descentralizadas, guarnições temporárias, aviação e equipes de apoio.[63]

DESAFIOS E CAMINHOS

Dos 142 municípios, 29 têm quartel do Corpo de Bombeiros.	Instrumentos temporários de resposta ampliam a cobertura territorial durante a temporada crítica.
Prevenir e combater incêndios em propriedades privadas.	150 brigadistas civis temporários atuam em parceria com os militares do Corpo de Bombeiros, e os focos são cruzados com o Cadastro Ambiental Rural.
Tornar a responsabilização mais rápida e efetiva.	Conciliação ambiental com o Ministério Público e o Judiciário, com meta de 1.000 processos conciliados até dezembro de 2026.
Garantir recursos para todas as ações do plano.	O plano detalha orçamento, fonte e responsável de cada ação, o que dá transparência e orienta a captação de recursos complementares.[64]

[57] MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, op. cit.
[58] MATO GROSSO. Decreto nº 2.015, de 28 de abril de 2026. Declara emergência ambiental e institui o período proibitivo do uso do fogo. In: MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. *Plano de Ação 2026*. Cuiabá, jun. 2026.
[59] MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, op. cit.
[60] Ibid.
[61] IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. GESTÃO DO FOGO: normativas. Levantamento das normativas jurídicas sobre o fogo no Brasil. Brasília, DF, In press.
[62] Ibid.
[63] Ibid.
[64] Ibid.





PARÁ

PREVENÇÃO ORIENTADA PELO TERRITÓRIO

O Pará estruturou sua resposta no Programa Estadual de Prevenção e Combate às Queimadas e Incêndios Florestais (PEPIF), instituído pelo Decreto nº 4.739/2025. Para 2026, o estado definiu 10 áreas prioritárias a partir de um Zoneamento de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais.[65]

EM NÚMEROS

10
áreas prioritárias definidas para 2026

16+1
brigadistas voluntários e um chefe militar em cada brigada

10
normativas vigentes sobre fogo no estado[68]

DESTAQUES

Zoneamento técnico:
cruza o histórico de focos e cicatrizes, os alertas de desmatamento dos últimos dois anos e as áreas mais sensíveis, como Unidades de Conservação, florestas públicas não destinadas, Terras Indígenas, territórios quilombolas e reservas extrativistas.

Brigadas Estaduais Mistas:
cada brigada reúne 16 brigadistas voluntários e um chefe de brigada do Corpo de Bombeiros, em bases perto das áreas de maior risco ou de cursos d'água.

Calendário por região:
no sul, o pico de focos vai de julho a setembro; no norte, de outubro a dezembro.

Voluntariado regulamentado:
o Decreto nº 4.925/2025 instituiu o serviço ambiental voluntário de chefe de esquadrão e de brigadista florestal.[57]

Diálogo com produtores:
revisão das normas de queima controlada às diretrizes do Manejo Integrado do Fogo e cartilha informativa para produtores rurais.[58]

Oficinas descentralizadas:
realização de 7 oficinas descentralizadas no estado sobre Manejo Integrado do Fogo para gestores municipais e produtores rurais.

VOCÊ SABIA?

Em maio de 2026, as projeções usadas pelo Pará indicavam 82% de chance de o El Niño se formar até julho e 96% de chance de continuar até o trimestre dezembro–fevereiro.[69]

ASPECTOS LEGAIS

O estado possui o Programa Estadual de Prevenção e Combate às Queimadas e Incêndios Florestais (PEPIF), alinhado à arquitetura da PNMIF, com previsão de PMIF, planos operativos, brigadas, sala de situação, instrumentos financeiros e Ciman-Pará, além de regras para autorização de queima e incentivo à roça sem fogo. Como destaque, apresenta um programa estadual que incorpora a estrutura de governança federal, com centro integrado multiagência e competências definidas para municípios e agentes privados.

COMO O ESTADO SE ORGANIZA

PEPIF
Programa estadual coordenado pela Secretaria de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade (Decreto nº 4.739/2025).

Zoneamento de Prevenção e Combate
Instrumento técnico que define onde distribuir equipes e equipamentos e onde concentrar a prevenção, a fiscalização e a articulação entre instituições. Cruza o histórico recente de focos e cicatrizes de queimadas, os alertas de desmatamento dos últimos dois anos e as áreas mais sensíveis, como Unidades de Conservação, florestas públicas não destinadas, Terras Indígenas, territórios quilombolas e reservas extrativistas, além de variáveis climáticas.[70]

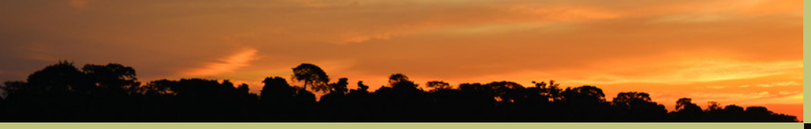
Corpo de Bombeiros e voluntários
Cada Brigada Estadual Mista é chefiada por um militar do Corpo de Bombeiros.[71]

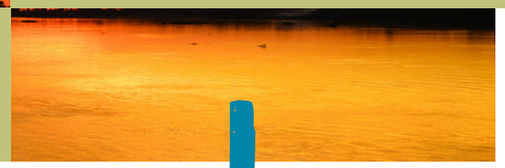
Produtores rurais
O uso do fogo no campo é disciplinado por Autorizações para Queima Controlada.[72]

DESAFIOS E CAMINHOS

Um território extenso com dois períodos críticos diferentes.	Calendário por região, com cada brigada atuando no período crítico da sua área.[73]
Elaborar o Plano de Manejo Integrado do Fogo do estado.	Plano em elaboração, conforme as diretrizes da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo.[74]
Atualizar as regras de queima controlada.	Revisão normativa alinhada ao Manejo Integrado do Fogo e cartilha para produtores rurais.[75]
Alinhar o planejamento estadual ao federal.	O Pará respondeu ao MMA informando suas áreas prioritárias, o andamento do plano de manejo do fogo e as medidas para imóveis rurais.[76]

[65] PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade, Nota Técnica nº 03/2026, op. cit.
[66] Ibid.
[67] PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade. *Nota Técnica nº 59902/GEPAF/COGEF/DGFLOR/SAGRA/2026*. Belém, ago. 2026.
[68] IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. GESTÃO DO FOGO: normativas. Levantamento das normativas jurídicas sobre o fogo no Brasil. Brasília, DF, In press.
[69] PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade, Nota Técnica nº 03/2026, op. cit.
[70] PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade, Nota Técnica nº 03/2026, op. cit.
[71] Ibid.
[72] PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade, Nota Técnica nº 59902/2026, op. cit.
[73] PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade, Nota Técnica nº 03/2026, op. cit.
[74] PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade. *Ofício nº 110806*: resposta ao Ofício Circular nº 987/2026/MMA. Belém, ago. 2026.
[75] PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade, Nota Técnica nº 59902/2026, op. cit.
[76] PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade, Ofício nº 110806, op. cit.





RONDÔNIA

ÁREAS PROTEGIDAS EM FOCO

Rondônia combina presença constante nas Unidades de Conservação, manejo do fogo e uma operação de bombeiros organizada por fases. Só no primeiro quadrimestre de 2026, a SEDAM realizou mais de 300 ações de prevenção e conscientização ambiental e mais de 1.150 atividades de monitoramento e fiscalização.[77]

EM NÚMEROS

+300

ações de prevenção e conscientização no 1º quadrimestre de 2026: foco na educação ambiental

27

operações nas Unidades de Conservação até junho de 2026

9

normativas vigentes sobre fogo no estado[83]

DESTAQUES

✱✱✱✱✱

Operação Verde Rondônia 2026: prevenção e preparação de março a maio e resposta de junho a novembro, coordenada pelo Corpo de Bombeiros utilizando o Sistema de Comando de Incidentes.[78]

✱✱✱✱✱

Proteção das Unidades de Conservação: plano de trabalho para unidades estratégicas, como o Parque Estadual Guajará-Mirim, as Reservas Extrativistas Jaci-Paraná, Rio Preto-Jacundá e Pedras Negras e a Estação Ecológica Soldado da Borracha, com 27 operações realizadas até junho de 2026.[79] Importa trazer que também há bases destacadas e integradas dos Corpos de Bombeiros, com reforços em Unidades de Conservação.[80]

✱✱✱✱✱

Manejo do fogo na prática: queimas prescritas e aceiros em cerca de 400 hectares do Parque Estadual Guajará-Mirim.

✱✱✱✱✱

Povos originários: plano específico com capacitação de brigadas indígenas em 50 turmas, helicóptero com 360 horas de voo, caminhonetes e kits de equipamentos para as aldeias, com estimativa de R$ 11,9 milhões entre recursos federais e estaduais.[81]

✱✱✱✱✱

Educação e fiscalização: campanha Setembro Cinza, instituída pela Lei nº 5.281/2022, e Operação Hileia de fiscalização ambiental.[82]

VOCÊ SABIA?

Nos incêndios de maior gravidade, o plano de Rondônia prevê acionar a FORCIF, a Força Integrada de Combate a Incêndios Florestais da Amazônia Legal, com apoio de estados vizinhos.[73]

ASPECTOS LEGAIS

O estado regulamenta o uso do fogo para capacitação em combate, agricultura familiar e queima de leiras, com exigências técnicas e sistema público de georreferenciamento das áreas autorizadas. A governança é conduzida pelo Comitê Estadual de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (CEPCIF), que estabelece planos anuais e apoia comitês municipais. Como destaque, o colegiado possui atribuições normativas e operacionais, incluindo assessoria à elaboração de legislação e fortalecimento da gestão municipal, conferindo maior segurança jurídica ao uso do fogo pela agricultura familiar.

COMO O ESTADO SE ORGANIZA

Comitê Gestor para Adaptação e Enfrentamento às Mudanças Climáticas

Coordena a resposta aos eventos climáticos extremos, com grupos de trabalho temáticos.[85]

Comitê Estadual de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais

Instituído pelo Decreto nº 28.811/2024.

Plano de Trabalho da SEDAM 2026

Três fases: prevenção (janeiro a junho), período crítico (julho a novembro) e recuperação (dezembro), com Sala de Situação e R$ 17,7 milhões previstos para fiscalização, proteção de Unidades de Conservação e educação ambiental.[86]

Operação Verde Rondônia 2026

Coordenada pelo Corpo de Bombeiros utilizando o Sistema de Comando de Incidentes, com prevenção e preparação de março a maio e resposta de junho a novembro.[87]

DESAFIOS E CAMINHOS

Ampliar a presença dos bombeiros, hoje em 17 municípios que somam mais de 54% do território e 76% da população.	Novo quartel previsto para Nova Mamoré em 2026 e apoio da força integrada regional nos casos mais graves.[88]
A estiagem facilita o acesso a áreas antes isoladas e aumenta a pressão sobre as Unidades de Conservação.	Operações permanentes e metas de reduzir em pelo menos 30% os focos e as áreas queimadas nas unidades prioritárias, em relação a 2024.[89]
Fortalecer continuamente a capacidade operacional.	Prioridades já mapeadas: ampliar a estrutura logística, reforçar as equipes e expandir o monitoramento e a proteção territorial.
Proteger as Terras Indígenas.	Plano específico para povos originários, com brigadas indígenas, kits de equipamentos para as aldeias e apoio aéreo.[90]

[77] RONDÔNIA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental. *Ofício nº 5205/2026/SEDAM-DIREX*. Porto Velho, jun. 2026.
[78] RONDÔNIA. Corpo de Bombeiros Militar. *Plano da Operação Verde Rondônia 2026 e Plano de Operações Povos Originários*. Porto Velho, 2025–2026.
[79] RONDÔNIA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental, Despacho sobre Unidades de Conservação, op. cit.
[80] RONDÔNIA. Corpo de Bombeiros Militar, op. cit.
[81] Ibid.
[82] RONDÔNIA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental. *Plano de Trabalho de prevenção e combate às queimadas florestais 2026.* Porto Velho, 2026.
[83] IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. GESTÃO DO FOGO: normativas. Levantamento das normativas jurídicas sobre o fogo no Brasil. Brasília, DF, In press.
[84] RONDÔNIA. Corpo de Bombeiros Militar, op. cit.
[85] RONDÔNIA. Procuradoria-Geral do Estado. Manifestação na ADPF 743 (Petição nº 80771/2026) e anexos. Porto Velho, 19 jun. 2026.
[86] RONDÔNIA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental, Plano de Trabalho 2026, op. cit.
[87] RONDÔNIA. Corpo de Bombeiros Militar. *Plano da Operação Verde Rondônia 2026 e Plano de Operações Povos Originários*. Porto Velho, 2025–2026.
[88] Ibid.
[89] RONDÔNIA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental, Despacho sobre Unidades de Conservação, op. cit.
[90] RONDÔNIA. Corpo de Bombeiros Militar, op. cit.





RORAIMA

RESPOSTA EM ESCALA, COM CALENDÁRIO PRÓPRIO

Em Roraima, a estiagem vai de outubro a abril. Por isso, o estado preparou a Operação Verão sem Fogo para o ciclo 2026/2027, coordenada pelo Gabinete Integrado de Operações (GIOP) e alinhada ao plano estadual contra desmatamento e queimadas (Decreto nº 38.204-E/2025).[91] No primeiro quadrimestre de 2026, 317 militares atuaram na resposta e 699 eventos de fogo foram combatidos.[92]

EM NÚMEROS

699

eventos de fogo combatidos no 1º quadrimestre de 2026

20

drones para monitorar focos em áreas de difícil acesso

9

normativas vigentes sobre fogo no estado[96]

DESTAQUES

★★★★★

Capacidade ampliada:
de 102 militares e 114 eventos combatidos no fim de 2025 para 317 militares e 699 eventos no início de 2026, além de 3.070 visitas preventivas e palestras no fim de 2025.

★★★★★

Novos equipamentos:
R$ 1,29 milhão investidos em 20 drones, 20 sopradores de alto desempenho e conjuntos de combate rápido instalados em picapes.

★★★★★

Tecnologia própria:
o sistema IGNIS cruza dados de satélite com o mapeamento de campo e gera alertas automáticos; o painel SPARK acompanha equipes, recursos e ocorrências em tempo real.

★★★★★

Presença no território:
meta de pelo menos 10 bases operacionais avançadas em áreas prioritárias e implantação ou reativação de brigadas municipais.[83]

★★★★★

Fiscalização ambiental:
no fim de 2025, a Polícia Militar ambiental embargou 706,27 hectares e aplicou R$ 2,8 milhões em multas.[84]

VOCÊ SABIA?

O período seco de Roraima é diferente do da maior parte da Amazônia Legal. Enquanto outros estados encerram a temporada do fogo, Roraima começa a sua, e o pico de risco do El Niño se estenderá ao início de 2027.[97]

ASPECTOS LEGAIS

O estado possui normas que regulamentam o uso do fogo em propriedades privadas, com exigência de aceiros e respeito às práticas locais, além de restrições em áreas especiais e terras públicas. Conta com o PPCDQ-RR, comitês e Gabinete Integrado. Como destaque, a FEMARH organiza autorizações em ciclos periódicos que contemplem tanto a queima controlada quanto a prescrita, com calendário coletivo, aceiros duplos e declaração de responsabilidade ambiental, favorecendo o planejamento e a fiscalização.

COMO O ESTADO SE ORGANIZA

Gabinete Integrado de Operações
—
Coordena a Operação Verão sem Fogo e se apoia no Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais

Plano estadual contra desmatamento e queimadas
—
Instituído pelo Decreto nº 38.204-E/2025..[98]

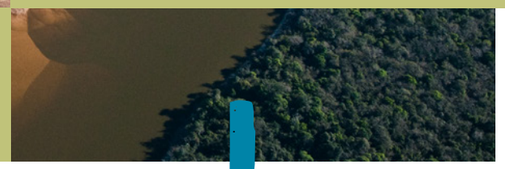
Segurança Pública
—
A SESP articula o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar e garante a integração com a União na Operação Protetor dos Biomas.[99]

DESAFIOS E CAMINHOS

Chegar a regiões que não têm unidade do Corpo de Bombeiros.	Pelo menos 10 bases operacionais avançadas em áreas prioritárias, de outubro de 2026 a abril de 2027.
Proteger a infraestrutura das estradas do interior.	Construção de aceiros em pelo menos 300 pontes de madeira.
Ter mais pessoas preparadas nos municípios.	Brigadas municipais e capacitação de brigadistas civis para áreas prioritárias e Unidades de Conservação.
Garantir o uso seguro do fogo nas propriedades.	Acompanhamento das queimas autorizadas nas propriedades rurais durante a temporada.[100]

[91] RORAIMA. Corpo de Bombeiros Militar. *Plano de Ação 2026/2027:* Operação Verão sem Fogo. Boa Vista, jun. 2026.
[92] RORAIMA. Secretaria de Estado da Segurança Pública, op. cit.
[93] Ibid.
[94] RORAIMA. Corpo de Bombeiros Militar, op. cit.
[95] RORAIMA. Secretaria de Estado da Segurança Pública, op. cit.
[96] IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. GESTÃO DO FOGO: normativas. Levantamento das normativas jurídicas sobre o fogo no Brasil. Brasília, DF, In press.
[97] RORAIMA. Corpo de Bombeiros Militar, op. cit.
[98] Ibid.
[99] RORAIMA. Secretaria de Estado da Segurança Pública, op. cit.
[100] RORAIMA. Corpo de Bombeiros Militar, op. cit.





TOCANTINS

AÇÃO INTEGRADA DESDE O INÍCIO DO ANO

O Tocantins se preparou com antecedência. No início de 2026, a SEMARH, o Corpo de Bombeiros e o Naturatins elaboraram o Plano Integrado de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, com medidas já em execução. O monitoramento é feito pelo CIGMA, e o plano estadual de longo prazo (PPCDIF-TO) está em atualização.[101]

O CIGMA sistematiza e analisa os dados de focos de calor e áreas queimadas com imagens de satélite, dados climáticos e informações de campo, qualifica as ocorrências e publica boletins semanais e mensais sobre clima, risco de incêndios e qualidade do ar. O plano prevê ainda um aplicativo de registro das atividades de campo, painéis online e a produção de mapas de material combustível para as Unidades de Conservação.[102]

EM NÚMEROS

1000
brigadistas a formar e capacitar em 2026

9
normativas vigentes sobre fogo no estado[105]

139
municípios com termos de cooperação para brigadas

DESTAQUES

ICMS Ecológico: mecanismo de financiamento de brigadas municipais que já financiou brigadas em 69 municípios em 2024 e 115 municípios com termos assinados.

Mais brigadistas: contratação de 105 brigadistas civis temporários e meta de formar e capacitar 1.000 brigadistas em todo o estado.[103]

Brigadas em todos os municípios: termos de cooperação entre a Defesa Civil estadual e os 139 municípios para a formação de brigadas.

Equipamentos: 18 picapes e 10 drones adquiridos com recursos do Fundo Amazônia, via BNDES.

Bases avançadas: três bases de monitoramento e resposta rápida em Lagoa da Confusão, Mateiros e Formoso do Araguaia, de julho a outubro.

Unidades de Conservação: campanhas educativas nas comunidades do entorno, reuniões com brigadistas e prefeituras, capacitação em cartografia para chefes de brigada e queimas prescritas sob controle técnico.

Prevenção no campo: o Projeto Foco no Fogo realiza palestras, blitz educativas e visitas a propriedades rurais; nas Unidades de Conservação, são feitas queimas prescritas.[104]

VOCÊ SABIA?

o Comitê do Fogo do Tocantins existe desde 2007 (Decreto nº 3.143/2007). Coordenado pela Defesa Civil, ele reúne instituições federais, estaduais, municipais, do terceiro setor e privadas.[106]

ASPECTOS LEGAIS

O estado possui regulamentação para autorização de queima estruturada e funcional, com prazo de 30 dias, exigência de boas práticas e vistorias, além de suspensões sazonais que resguardam a agricultura de subsistência. Conta com o PPCDIF-TO e o Comitê do Fogo, ativo desde 1998. Como destaque, apresenta continuidade institucional na governança do fogo e uma política de apoio ao produtor rural afetado por incêndios, com incentivos na forma de crédito e insumos.

COMO O ESTADO SE ORGANIZA

SEMARH e CIGMA
Monitoramento de focos e áreas queimadas, painel e boletins semanais e mensais sobre clima e risco de incêndios.

Corpo de Bombeiros
Combate, com termos de cooperação com a SEMARH e o Naturatins.

Naturatins
Unidades de Conservação, fiscalização e manejo do fogo.

Defesa Civil e municípios
Coordena o Comitê do Fogo e firma termos com os municípios para formar brigadas.[107]

DESAFIOS E CAMINHOS

Entre julho e outubro, a vegetação do Cerrado fica altamente inflamável.	Suspensão anual das autorizações de queima controlada no período crítico e bases avançadas nos municípios com mais incêndios.
Equipar as brigadas das Unidades de Conservação.	Termo entre o Naturatins e o Corpo de Bombeiros para aquisição de equipamentos, com recursos do fundo estadual de meio ambiente.
Garantir recursos para o combate.	O plano prevê cerca de R$ 24,4 milhões para o eixo de combate, combinando recursos estaduais e do Fundo Amazônia.[108]
Atualizar o planejamento de longo prazo.	Revisão do PPCDIF-TO para incorporar os novos desafios climáticos.[109]

[101] TOCANTINS. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. *Ofício nº 918/2026/GABSEC*. Palmas, 9 jun. 2026.
[102] TOCANTINS. SEMARH; CBMTO; NATURATINS, op. cit.
[103] TOCANTINS. SEMARH; CBMTO; NATURATINS, op. cit.
[104] Ibid.
[105] IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. GESTÃO DO FOGO: normativas. Levantamento das normativas jurídicas sobre o fogo no Brasil. Brasília, DF, In press.
[106] Ibid.
[107] Ibid.
[108] Ibid.
[109] TOCANTINS. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, op. cit.



©AdobeStock

CONSTRUINDO JUNTOS

Nenhum estado enfrenta o El Niño sozinho. Em 2026, os nove estados da Amazônia Legal têm atuado em conjunto, através do Consórcio, em um diálogo permanente com o Governo Federal e com parceiros de cooperação, e essas articulações têm sido frequentes.

Em junho, em Brasília, o MMA, o Ibama, o ICMBio, a GIZ, o Consórcio, a GCF TF, os órgãos ambientais e corpos de bombeiros dos nove estados se reuniram em um workshop de Manejo Integrado do Fogo. O encontro avaliou o estágio dos planos estaduais, identificou desafios comuns e construiu subsídios para o Plano Operativo de 2026 do Action for Forests.

Ao longo do ano, a Câmara Setorial de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Consórcio, formada pelos 9 secretários de meio ambiente da Amazônia, reuniu-se com o MMA, o Ibama e o ICMBio para tratar do tema e alinhar providências para a temporada. Esse esforço se soma à estrutura federal prevista para 2026, com brigadas do Ibama e do ICMBio, a coordenação do CIMAN Federal e a integração de informações no Sisfogo.

Os próximos passos são o desenvolvimento dos Planos de Manejo Integrado do Fogo estaduais até março de 2027 (o que já está em andamento) e consolidar uma rede de cooperação entre os estados da Amazônia Legal, integrando o planejamento estadual ao federal (compreendendo a importância da experiência e sensibilidade dos estados às realidades locais). O Consórcio seguirá como espaço de articulação entre os estados e destes com a União, para que a Amazônia Legal enfrente o El Niño com planejamento, cooperação e resultados.

PAPEL ESTRATÉGICO DO CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL

O Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal (CAL) representa o único fórum com mandato político e capacidade técnica para articular os 9 estados. Destaca-se por alguns pontos:

1

Legitimidade política

Reúne, formalmente, os nove governadores em torno de agendas comuns.

2

Estratégia Amazônia 2050

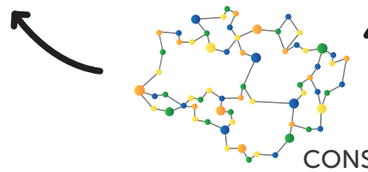
Documento lançado na COP30 (nov/2025) posiciona a gestão do fogo como componente crítico da transformação ecológica regional.



3

Câmara Setorial de Meio Ambiente

Ponto de articulação entre os formuladores de políticas públicas de meio ambiente da Amazônia Legal.



4

Fundo Brasil-ONU operacionalizado

Parceria CAL/ONU Brasil com edital de doação de kits de combate já publicado e mecanismo financeiro regional ativo e imediato.

5

Articulação junto a parceiros

O Consórcio articula junto a diferentes instituições para apoio às agendas estratégicas dos estados[110, 111]

[110] Base técnica do IPAM disponível: diagnóstico, mapeamento de brigadas voluntárias (parceria IPÊ), análise de competências territoriais e evidências sobre PM2.5. Subsídios prontos para apoiar a resposta dos estados, caso seja de seu interesse.
[111] Instituições como a Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) e o IPAM vêm se articulando junto aos estados para apoio na elaboração e adequação dos Planos de Manejo Integrado do Fogo.

///

CONCLUSÕES E VISÃO DE FUTURO DO CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL (CAL) PARA A GESTÃO DO FOGO E A ADAPTAÇÃO AO CLIMA

O El Niño previsto para 2026 reforça a importância de consolidar a prevenção e a preparação para os incêndios florestais como prioridades permanentes da agenda pública da Amazônia Legal. Mais do que responder a episódios críticos, os estados vêm avançando na estruturação de políticas, com a edição de decretos, a instalação de salas de situação, a elaboração de planos e a mobilização de equipes especializadas. O desafio é assegurar a continuidade desses esforços e incorporá-los, de forma articulada, ao planejamento governamental de médio e longo prazo, tanto no âmbito estadual quanto no federal.

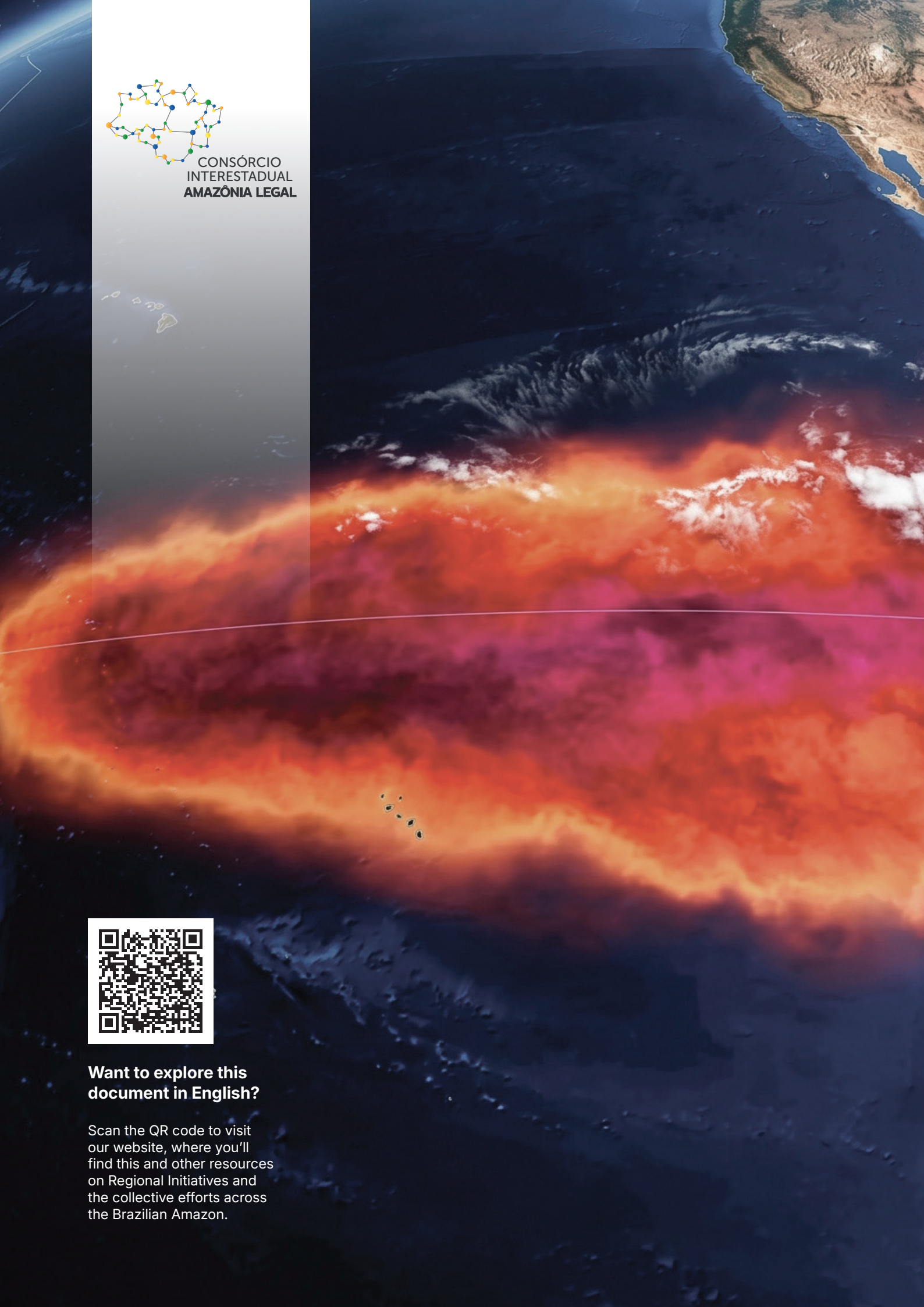
A análise dos avanços e desafios apresentados neste estudo evidencia convergências importantes entre os estados. Destacam-se o fortalecimento contínuo das brigadas, inclusive fora dos períodos de maior criticidade; o reconhecimento dos povos indígenas e das comunidades tradicionais como atores fundamentais na governança do fogo; o aprimoramento da fiscalização e do planejamento do manejo integrado do fogo, especialmente nas unidades de conservação; e o investimento em ferramentas tecnológicas e sistemas de monitoramento que subsidiem a tomada de decisão. O financiamento permanece, contudo, um dos principais desafios, sobretudo para os estados mais vulneráveis, o que reforça a necessidade de fontes estáveis de recursos e de previsão orçamentária recorrente para a prevenção e o combate aos incêndios florestais.

Destarte, reconhece-se que a efetividade dessas medidas depende da articulação entre os planos estaduais e as políticas federais, bem como da garantia dos meios necessários à sua implementação. Os efeitos dos incêndios e da fumaça ultrapassam limites territoriais e impactam a saúde e a qualidade de vida de milhões de pessoas. Por isso, a cooperação entre os entes federativos é indispensável para fortalecer o monitoramento da qualidade do ar, aprimorar os mecanismos de alerta e estruturar respostas coordenadas diante de eventos extremos.

Os avanços reunidos nesta cartilha demonstram que os estados da Amazônia Legal vêm construindo capacidades institucionais e identificando caminhos comuns para enfrentar esse desafio. Essa agenda está alinhada à visão de desenvolvimento regional de longo prazo expressa na Estratégia Regional Amazônia 2050, que pressupõe planejamento, cooperação federativa e valorização das capacidades e dos conhecimentos presentes nos territórios. O Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal reafirma, nesse contexto, seu compromisso com a articulação entre os estados e com o fortalecimento de iniciativas conjuntas. A cartilha busca contribuir para a disseminação de experiências e aprendizados e para a mobilização de governos, municípios, povos indígenas, comunidades tradicionais, instituições de pesquisa e parceiros nacionais e internacionais. O objetivo comum é avançar de respostas emergenciais para uma atuação cada vez mais preventiva, integrada e permanente, capaz de proteger vidas, territórios e ecossistemas.

AGRADECIMENTOS

O Consórcio agradece, em primeiro lugar, aos secretários e às secretárias de Meio Ambiente dos estados da Amazônia Legal, bem como às equipes técnicas e aos demais agentes públicos estaduais e federais que atuam diretamente nessa agenda, incluindo os corpos de bombeiros militares, as brigadas, os órgãos de fiscalização e monitoramento e as equipes de defesa civil. O compromisso e a dedicação desses profissionais, que atuam diariamente na proteção dos territórios e das populações amazônicas, são fundamentais para o avanço das ações de prevenção e enfrentamento aos incêndios florestais. Agradecemos, igualmente, ao Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), pelo apoio técnico e pela parceria na elaboração desta cartilha, e aos demais parceiros (GIZ, Ibama, MMA, Funbio) pela colaboração no fortalecimento dessa agenda. Estendemos nosso reconhecimento aos demais parceiros que caminham conosco nessa missão, contribuindo para o fortalecimento das capacidades institucionais, a cooperação entre os estados e a consolidação de estratégias permanentes para a Amazônia Legal.



CONSÓRCIO
INTERESTADUAL
AMAZÔNIA LEGAL

Want to explore this document in English?

Scan the QR code to visit our website, where you'll find this and other resources on Regional Initiatives and the collective efforts across the Brazilian Amazon.